

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.552 - RS (2019/0089031-9)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : MARIA JOSE CAMARGO BUGS**  
**ADVOGADO : TIBICUERA MENNA BARRETO DE ALMEIDA - RS044129**  
**AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADOR : MILENE SCOP E OUTRO(S) - RS054549**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA. CÁLCULOS APRESENTADOS PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS, DE ADVOGADO. IMPOSSIBILIDADE. EXECUÇÃO INVERTIDA. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, O ALUDIDO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto pelo ora agravante contra decisão do Juízo singular que, nos autos do Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública, indeferiu o pedido de arbitramento de honorários pertinentes à nova fase processual.

III. Interposto Agravo interno com razões que não impugnam, especificamente, o fundamento da decisão agravada, quanto à incidência da Súmula 284/STF, no que se refere à alegada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, quanto ao não cabimento de recurso, não prospera o inconformismo, quanto ao ponto, em face da Súmula 182 desta Corte.

IV. O Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, negou provimento ao Agravo de Instrumento, consignando que "o Estado apresentou os cálculos quando da proposta de acordo a qual não foi aceita, tendo a recorrente os utilizado na inicial do cumprimento de sentença, estando-se diante do caso de execução invertida (em que a própria parte devedora apresenta os cálculos da importância que entende devida), descabendo a fixação de honorários para a fase executiva".

V. O entendimento firmado pelo Tribunal **a quo** – no sentido de que houve execução invertida, a impedir o arbitramento da verba honorária da fase de cumprimento de sentença – não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob

# *Superior Tribunal de Justiça*

pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

VI. Agravo interno parcialmente conhecido, e, nessa extensão, improvido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer em parte do agravo interno e, nessa parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora

